

RESENHAS

GARCIA, Pedro Benjamim

EDUCAÇÃO: MODERNIZAÇÃO OU DEPENDÊNCIA ?

Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1 977, 136 págs.

O presente livro, lançado pela Livraria Francisco Alves, constitui, como seu próprio nome indica, num estudo sobre a educação de dois pontos de vista divergentes: o da Modernização e o da Dependência — duas teorias que explicam diferentemente o fenômeno social.

Esta obra, dividida em três capítulos foi resultado da revisão de um trabalho originalmente escrito para defesa de tese em educação, a nível de Mestrado do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O propósito do autor foi “montar um esquema teórico que possibilitasse conhecer melhor, a nível sociológico, o fenômeno da transposição dos padrões educacionais de um país (hegemônico) a outro (periférico)” e esclarecer como a importação e assimilação de um conjunto cultural de contextos sociais mais avançados atuam sobre o sistema educacional de países subdesenvolvidos e, ainda, verificar qual o papel desempenhado pela assimilação dessas novas pautas de orientação educacional sobre a estrutura social global (pág. 13).

Focalizando a educação tanto do ponto de vista formal como informal situa-a no corpo das duas teorias acima citadas, privilegiando na Teoria da Modernização a noção de “efeito de demonstração” e na Teoria da Dependência a noção de “dependência ideológica”, após o que, procura analisar a passagem dessas formulações teóricas para a prática de análise de textos, operacionalizando todo o instrumental teórico formulado para ambas as teorias, através da Análise do Plano Setorial de Educação e Cultura (1 975/79) do Ministério e Cultura — Secretaria-Geral.

No capítulo I e II respectivamente **Teoria da Modernização e Educação** e **Teoria da Dependência e Educação** apresenta de forma detalhada os pressupostos básicos — teóricos e metodológicos de ambas as teorias.

No capítulo III — **Análise do Plano Setorial de Educação e Cultura** (1 975/79), procede à análise do texto em questão, segundo os elementos teóricos fornecidos pelo estudo das duas teorias mencionadas.

O estudo desenvolvido pelo autor sob o título “Teoria da Modernização e Educação (cap. I) focaliza de modo especial todo o processo

social percorrido desde o arranque inicial de uma sociedade pré-industrial até o estágio moderno de desenvolvimento. Tal “trajetória” de um “pólo” a outro, constitui o objeto central da Teoria da Modernização e é regida pelo princípio da interdependência sistêmica das subpartes que formam todo o conjunto social total.

Os “arquétipos polares” da Teoria da Modernização, ou seja, sociedade tradicional/sociedade moderna, são elaborados teoricamente em tipos ideais segundo uma série de indicadores econômicos, culturais e políticos característicos de um e excluídos do outro.

Dessa maneira, dentro da Teoria da Modernização a sociedade industrial moderna, ou melhor, a sua definição, se torna o ponto de partida que orientará a direção e o sentido do processo de modernização de uma dada sociedade.

O “efeito de demonstração” privilegiado pelo autor em suas análises da Teoria da Modernização se coloca como um fenômeno de interdependência, no que concerne ao consumo, às relações econômicas, às atitudes e comportamentos dos indivíduos ou, em outras palavras, como o fenômeno segundo o qual um indivíduo ao se deparar com um padrão de vida superior, tem o desejo de elevar o seu. Isto é, a “demonstração” de um estilo de vida superior suscitará como “efeito” o desejo de idêntica “fruição (pág. 25). Isso pode ocorrer também tanto na inter-relação entre países com níveis desiguais de desenvolvimento, como entre grupos com diferentes padrões de vida numa dada sociedade.

O “efeito de demonstração”, seja qual for a sua função (positiva ou negativa) nos países subdesenvolvidos, se faz sob a influência da transposição tanto **informal** como **formal** dos padrões culturais da nação emissora para a receptora.

Em termos de indivíduo o efeito de demonstração necessita, portanto, de pré-requisitos como: empatia, projeção e introjeção para mudar a sua atitude tradicional (não participação) para uma atitude moderna (de participação), e é neste ponto que se pode analisar dentro do processo de modernização o papel fundamental reservado à **escola**.

Dentro de tal contexto, a **escola** se tornou veículo de “mobilidade social”, “igualdade de oportunidades” para todos, justificando e mantendo ideologicamente o que se convencionou denominar “sociedade aberta”, legitimando o próprio sistema e, conseqüentemente, perpetuando estruturas sociais rígidas.

Quanto à “Teoria da Dependência”, objeto de análise do capítulo II, a abordagem do autor é feita a partir da definição de dependência como “uma situação na qual a economia de determinados países está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual estão submetidas as primeiras” (pág. 40).

A descrição da Teoria da Dependência é feita pelo autor de forma genérica, visando apenas a delimitar o horizonte teórico que servirá de apoio às suas análises educacionais sob o enfoque da dependência.

Na relação de dependência: pólo interno (país periférico) x pólo externo (país hegemônico) o processo de reprodução e transplante do modelo de desenvolvimento, beneficia apenas uns poucos, em detrimento da grande maioria dos indivíduos.

Finalmente, o que o autor realmente pretendeu foi mostrar que a **dependência** é inerente ao sistema capitalista, seja qual for a forma que assuma no decorrer do desenvolvimento do sistema como um todo.

A noção de **dependência ideológica** é privilegiada no sentido de que o autor a vê, como criando condições objetivas para reforçar a aceitação da dependência a partir da definição de ideologia como percepção da realidade que dá racionalidade, que legitima ou torna “natural” tanto a condição de dominado como a de dominador.

Quanto ao papel da educação nas sociedades periféricas ou dependentes, a análise do autor parte do princípio de que a educação “**preserva e reproduz** as relações de classe no seu interior, da mesma forma que reforça os laços de dependência (ideológica) com as nações hegemônicas” (pág. 55), sendo papel do **Estado** buscar, através da educação reforçar a legitimidade da ideologia dominante e, conseqüentemente, do próprio sistema.

Dentro desse processo, a “obrigatoriedade escolar” e a “ascensão social através da escolaridade” cumprem papéis de controle social e ideológico introjetados pela escola, na medida em que acreditando em tais “oportunidades iguais para todos”, o sujeito tende a aceitar a ordem vigente e seu insucesso na busca de melhor posição, deixa de ser resultado de uma ordem social injusta, para ser atribuído à uma insuficiência pessoal (o que é ainda mais reforçado pela divulgação intensa dos raros casos de “ascensão” bem sucedida).

Na realidade, o que a escola fornece é a cultura e ideologia da classe dominante e fazendo isso, já seleciona os “mais aptos” para tal

conhecimento e para o exercício do poder (que são geralmente os alunos oriundos das classes dominantes).

Por outro lado, uma rápida análise de uma possível “autonomia relativa” da educação, leva o autor à análise do papel político e questionador dos movimentos estudantis e da própria universidade.

No capítulo III, a Análise do Plano Setorial de Educação e Cultura (1975/79) é feita a nível ideológico sob os dois enfoques teóricos: **A Teoria Modernização** (que constitui o próprio respaldo do Plano, a partir do seu pressuposto de uma sociedade “consensual, integrada e harmônica”) e a **Teoria da Dependência** (utilizada para criticá-lo e apontar seus pontos vulneráveis).

Os critérios de análise e procedimentos do autor seguiram os seguintes passos:

1º) uma análise geral do texto (comentários gerais sobre os tópicos mais relevantes — pág. 78 — 91).

2º) uma seleção dos mais importantes temas do plano (análise dos temas principais — pág. 92 — 100).

Mostrando a coerência e a ambigüidade do discurso num seguimento linear (**1ª parte**) e numa análise crítica de cada tema (**2ª parte**), procurando inclusive evitar a linguagem prolixa que reveste as afirmações do texto, o autor busca a “afirmação seca, clara e contundente que possibilite captar a mensagem a que o Plano se propõe e os elementos obscuros reconhecidos nas entrelinhas” (pág. 78), mas anexa ao livro, na íntegra, todo o texto do Plano.

As principais observações do autor a respeito do Plano:

— A preocupação fundamental do texto em fixar as diretrizes doutrinárias da política educacional dentro dos pressupostos básicos do regime político vigente.

— A “democratização do ensino” como a pedra angular de todo o discurso e a democracia como uma concessão de caráter ético por parte do Estado.

— A contradição entre a “liberdade individual e os interesses do Estado”, outro grande tema que percorre todo o texto.

— A opção por um linha de controle quanto ao acesso a determinadas carreiras, visando à política de adequação da formação de profissionais às exigências do sistema.

– A noção de ação educativa como **reprodutora** do sistema social em seu conjunto e a ação do Estado como a neutralizadora das ações em contradição ao sistema.

– O vazio do texto pela imprecisão dos conceitos em suas formulações.

– A busca de um “novo humanismo”, um “novo liberalismo”, uma “nova democracia”, (uma vez que tais valores do ponto de vista do passado não se coadunam com o sistema político vigente).

– A noção de educação como investimento, e o “atrelamento” da política educacional à política econômica (num país como o nosso, onde a distribuição da renda é tão desigual), o que se torna contrário à “democratização do ensino” proposta pelo Plano.

– A opção entre qualidade e quantidade do ensino proposta pelo Plano, coloca a situação em termos “ótimos”, optando pela segunda alternativa, como “a mais democrática e mais ajustada ao estágio atual do nosso desenvolvimento (pág. 90).

– A suposta a antinomia entre cultura geral e formação profissional também é comentada.

Os principais temas analisados pelo autor:

Desenvolvimento: – Chama a atenção do autor, a discrepância entre os fins propostos e as condições objetivas para sua realização.

Educação: – A ambigüidade do tratamento que se dá à definição de educação percorre todo o texto.

Projeto Educativo: – É definido em função de dois grandes objetivos: o **desenvolvimento** (que não é explicitado no texto) e a criação de uma **nova democracia** (que é a contradição básica de todo o Plano).

Política Educacional: – As proposições do plano são confusas e contraditórias.

Valorações: – Os valores propostos pelo Plano constituem, segundo o autor, em “divagações de um liberal democrata do passado” tentando impor seus conceitos numa realidade político-social onde seu universo valorativo se encontra desgastado.

Contextos Interno/Externo: – Ressalta uma fé nacionalista e a visão da marcha para uma civilização planetária.

Finalmente, conclui o autor que o plano se pauta pelas linhas mestras do movimento de 64, sendo, portanto, coerente com os pressupostos doutrinários básicos do regime.

O Plano avança na “tensão dos contrários” buscando harmonizá-los, mas na maioria das vezes nem tratando do problema.

A Bibliografia é bastante extensa e constituída de elementos expressivos da sociologia latino-americana, procurando evitar o que o próprio autor chamou de “transplante ideológico” no tratamento e na análise dos problemas nacionais. Assim, nomes como: Jayme Abreu, Fernando H. Cardoso, Florestan Fernandes, Marialice M. Forachi, Otavio Ianni, Luiz Pereira, Darcy Ribeiro, Luís Antonio Cunha, e outros estudiosos da realidade social brasileira, são bastantes citados.

Entretanto, cumpre ressaltar aqui, a não referência ao livro **Educação e Dependência** de Manfredo Berger, editado em 1976 pela Difel, Univ. Federal do R. G. Sul, que também analisa, e com bastante profundidade, o sistema educacional brasileiro e o nosso processo social, do ponto de vista de uma sociedade em situação de dependência; o que ilustra de modo bastante significativo uma das grandes falhas do panorama científico brasileiro, ou seja: a falta de troca de informações e comunicações a respeito dos trabalhos desenvolvidos, entre os nossos pesquisadores e entre os próprios centros de pesquisa.

Do ponto de vista do papel desempenhado pela escola no processo de modernização de uma dada sociedade, há que se lembrar também a afinidade das análises de Pedro Benjamim Garcia, com as análises realizadas por Luís Antonio Cunha em seu livro: **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil** (publicado em 1975 pela Livraria Francisco Alves) principalmente no que se refere à constatação das desigualdades de oportunidades e de desempenho escolar, dentro do sistema educacional brasileiro, entre as crianças oriundas de diferentes classes sociais.

Luciana Maria Giovanni Höfling *

*Mestranda em Filosofia da Educação na PUC.

BUBER, M.

EU E TU: A DIMENSÃO DIALÓGICA DO HOMEM

Introdução e tradução de Newton Aquiles von Zuben. São Paulo, Cortez & Moraes, 1977. 174 págs.

Adquirir **EU E TU**, de Martin Buber significa ter em mãos uma espécie de “evangelho”. Não sendo uma obra filosófica que se preste apenas a estudo ou que se guarde em biblioteca, é, ainda, uma espécie de livro de cabeceira, sem ser meditação, misticismo ou memória.

O que não entendemos e lastimamos é porque uma obra de tamanha envergadura humanística só depois de 54 anos da sua 1ª edição é que aparece traduzido no Brasil, num esforço artístico, literário e interpretativo inédito do Prof. Newton A. von Zuben, (UNICAMP). Vale dizer, depois de estarmos lendo os existencialistas e os fenomenólogos mais representativos, ainda desconhecemos talvez o expoente máximo de uma contemporânea meditação acerca do homem como ser existente e situado historicamente em sua presença dialógica no mundo. Neste sentido, é que numa ampla introdução Von Zuben se dá a um duplo trabalho: uma apresentação de M. Buber (este desconhecido) e de sua obra.

Seria Buber mesmo um existencialista ? Talvez o único entre todos — consoante expressão do Prof. W. Kaufam — sem sê-lo estritamente, por não se enquadrar em todos os parâmetros deste “sistema” de pensamento; este filósofo que não tem ensinamento algum a transmitir, mas um diálogo a conduzir (Cf. Introd.). Mesmo que sua obra, a efeito de estudo, tenha-se servido a posteriores fundamentações da psicologia, da sociologia, da filosofia da religião — ainda que seu humanismo seja mais de cunho ontológico do que ético-religioso — e, sobretudo, de uma ampla antropologia filosófica.

Por isso é que o elemento mais significativo da obra é um intenso e radical paradoxo. Constantemente somos levados a perguntar: “Para que serve este livro ? ” Se o desejo imediato de uma resposta nos incita a responder: “Para muita coisa e nada ao mesmo tempo”, então, é sintoma de que não só estamos lendo ou estudando bem a obra, como estamos sendo bem conduzidos no manuseio desta filosofia do diálogo. Eis aí a grandeza originária do filósofo. Tudo o que escreveu antes culminou no **EU E TU**; tudo o que escreveu depois do **EU E TU** revelou-se como extensão dessa grande obra.

Sugerindo a “angustiada” busca heideggeriana do ser, Buber, sem nos conduzir em momento algum ao desespero ou pessimismo, nos toma pelas mãos e nos leva até muitas portas abertas.

Há aqui um elemento fundamental que o identifica com o andarilho da “Floresta Negra”: a palavra. Em última instância a perseguição silenciosa e verbalizadora da palavra mais exata se torna a questão-da-questão em que um evento tenta ser compreendido não como o fato-do-fato, mas como significado, dentro e além do fato, embora sua reflexão marque um pacto com a “práxis” em que a existência não se revela como mera abstração voluntária ou joguete de termos. Se Buber trabalha as palavras-princípio EU-TU/EU-ISSO etc., na incessante perseguição do significado, é porque diante da relação dialogal do ser (humano) com a natureza, o outro e Deus, a palavra bem dita ao mesmo tempo tem que ser usada e representa certo entrave para a descoberta plena de tal significado. Por isso que seu discurso à primeira vista tende a revelar-se num “logos” obscuro, tortuoso, labiríntico.

Aí, certo paroxismo: Ao mesmo tempo em que a obra nos escancara certas portas de saída, a ineficácia dos termos sugere determinada prisão, quase que como uma espécie de necessidade de situação em que nos encontramos, algo semelhante — a valer de exemplo — à “alegoria da caverna” do mestre Platão. Destarte, **EU E TU** nos ilumina e nos confunde.

Em se permanecendo esse impasse, uma constante preocupação com a **presença** do EU e TU, EU e ISSO na situação de fala e escuta em que a emergência da palavra exata, não como o “logos” — “stricto sensu” — que procurávamos, mas como “noumenon”, apenas se estampa em seu limiar. Uma espécie de pesca onde o peixe fisga o anzol e não aparece à tona d’água.

Ainda a propósito de Buber, a constante preocupação com o Judaísmo e com a Mística Judaica, a hermenêutica bíblica, seus estudos sobre o Hassidismo e sua inesgotável veia humanística nos impossibilita classificar esta obra e este pensamento amplo num único jargão.

CUNHA, Rose Marie Maron da
CRIATIVIDADE E PROCESSOS COGNITIVOS
Petrópolis, 1 977, Ed. Vozes, 61 págs.

“A professora Rose Marie Maron da Cunha, tem, participado ativamente na PUC do Rio de Janeiro de pesquisa, coordenada pela Doutora Ângela Biaggio, relacionada ao Motivo de Realização (need — achievement), segundo MacClelland. Sua tese de Mestrado em Educação foi orientada para uma forma de treinamento para o desempenho criativo”.

Voltada para os problemas psicológicos de ajustamento escolar, Rose Marie tem uma formação como educadora, manifestando “a preocupação em manter um novo humanismo, resguardando a integridade do indivíduo, como artífice do seu próprio destino”. (págs. 9 e 10)

Pretendeu-se, “com este trabalho, chegar à melhor compreensão dos processos cognitivos e de suas relações com o desempenho criativo”, para “estabelecer uma orientação do trabalho docente no sentido de criar condições favoráveis à expansão do pensamento criador no processo ensino-aprendizagem”. (pág. 17)

Este estudo dá ênfase à posição e caminhos que diferentes autores assumem, com relação a estruturas de pensamento, estabelecendo relações com o ato de criar. Aborda: o “clássico” pensamento lógico, “pensamento produtivo”, pensamento divergente e convergente, discute intuição e “insight”, o “problem-solving”, assim como conteúdos de memória ou pensamento, tipos de informação que envolvem esses conteúdos etc.

Em todos os aspectos que cita, salienta os pontos em que coincidem e os que se diferenciam da criatividade (págs. 26 a 52).

O construto criatividade tem várias definições de diferentes autores. Isto denota a dificuldade que se tem em definir uma realidade que foge, em muitos aspectos, à evidência experimental.

Todavia, nas várias definições apresentadas, onde existem divergências na elaboração dos construtos, em termos de fases de processos, da descrição do comportamento criativo e da pessoa criadora, existe certa concordância “em considerar a Fluência, a Flexibilidade e a Originalidade como características da pessoa criadora” (pág. 54).

O comportamento criador e o indivíduo criativo tem sido objeto de estudo de pesquisadores. Citam-se várias teorias que se baseiam em atributos, traços, disposições, temperamento, estrutura motivacional da personalidade; descrevendo a pessoa criadora através de várias características como, por exemplo: inteligência superior à média, preferência pelo complexo, disposição em admitir a complexidade e, mesmo, a desordem sem se sentirem ansiosas (percebem nela alguma riqueza), são intuitivas, sensíveis ao seu meio, observadoras, resolvem problemas de maneiras incomuns etc.

Essas muitas características supõem processos cognitivos como: "percepção, elaboração, malabarismo intelectual, integração de vários estímulos, percepção de situações problemas, avaliação, imaginação, análise e síntese, reorganização de experiências" (págs. 31 e 32).

Da maneira por que foi abordada a criatividade neste estudo, abrem-se perspectivas para estudos posteriores, reformulações para aplicações práticas e reflexões sobre a própria criatividade.

O conteúdo do livro é bastante informativo, englobando muitos aspectos dos processos cognitivos, suas estruturas, funcionamento etc. Isto tudo é feito num campo teórico, de maneira bem resumida, trazendo muitos conceitos que por si sós já preencheriam um livro, se minuciosamente dissecados.

Destina-se principalmente a educadores e leitores já com algum repertório a respeito do assunto, e leva à necessidade de aprofundamento em cada tópico citado, para uma assimilação real do assunto abordado.

Levanta muitas idéias e questões sem resposta até o momento, motivando a um melhor estudo e pesquisa do assunto.

Nota-se a falta de evidências empíricas no campo e embora se concorde que a criatividade englobe aspectos difíceis de medir e testar, acredita-se que com um estudo mais controlado e a longo prazo, consiga-se informações mais concretas e práticas na campo.

Maria José Gomes da Silva Nery
Maria Conceição S. Talarico